

Como serão nossas contas em 1983

Importações de US\$ 17 bilhões e exportações de US\$ 23 bilhões. Esta é a previsão da "hipótese básica de trabalho" do governo para o próximo ano, segundo anunciou ontem em Brasília o chefe da assessoria econômica do Ministério da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega. Ao mesmo tempo, o ministro Ernane Galvães informava que o Banco do Brasil será autorizado imediatamente a repassar, principalmente à indústria e ao comércio, tudo o que conseguir captar no Exterior através da Resolução nº 63.

Tanto a "hipótese de trabalho" como o novo incentivo à captação de dólares serão aprovados pelo Conselho Monetário Nacional em sua próxima reunião, marcada para segunda-feira, às 10 horas.

Mailson Nóbrega não quis antecipar qualquer outro número sobre o que as autoridades esperam do balanço de pagamentos no próximo ano. Recusou-se, até mesmo, a repetir os números do déficit da conta de transações correntes (soma do saldo comercial com os gastos de serviços: juros, fretes, seguros, viagens internacionais, entre outros) já anunciados pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvães, entre US\$ 8 a 8,5 bilhões. "O déficit na conta corrente dependerá do comportamento das taxas de juros internacionais. A persistir a atual tendência de queda, a redução será maior", limitou-se a declarar. O déficit em conta corrente este ano

está previsto em US\$ 14 bilhões.

Maturidade

O assessor econômico não quis comentar os motivos que levaram as autoridades a antecipar a divulgação do programa para a área externa. No ano passado, o programa foi aprovado pelo CMN no dia 21 de dezembro. Outros assessores disseram, porém, que a decisão está ligada às dificuldades de captação externa. Acreditam que esta atitude demonstra "maturidade" do governo brasileiro ao enfrentar um quadro extremamente adverso, principalmente levando-se em conta que o austero programa será divulgado poucos dias antes da realização das eleições.

Com relação ao corte nas importações, Nóbrega divulgou apenas o dado relativo aos gastos com petróleo, que deverão se manter em US\$ 9 bilhões, US\$ 1 bilhão a menos que agora em 82. Nesse total, estão incluídas as importações de óleo bruto para processamento e exportação de derivados.

Considerando que o setor público não poderá importar mais de US\$ 3 bilhões, a iniciativa privada nacional poderá comprar no exterior mercadorias no montante de US\$ 5 bilhões, perfazendo o total de US\$ 17 bilhões. Este valor é 15% menor que os US\$ 20 bilhões a serem importados neste ano. Do lado das exportações, a estimativa oficial é de um aumento de 12,2%, considerando os US\$ 20,5 bilhões a serem obtidos este ano.

As hipóteses de trabalho do governo para este ano previam exportações de US\$ 28 bilhões e importações de US\$ 25 bilhões, com um saldo de US\$ 3 bilhões. O superávit acabará sendo de apenas US\$ 500 milhões ou no máximo US\$ 800 milhões. Para Mailson Nóbrega, as projeções para 1983 são perfeitamente "factíveis". Ele acredita que os preços das matérias-primas vão subir, que a economia dos Estados Unidos crescerá entre 2,5 e 3% e que a queda nas taxas de juros favorecerá à recomposição dos estoques de produtos primários, o que beneficiará substancialmente o Brasil.

A propósito dos demais dados do balanço de pagamentos, o governo vai trabalhar com um total de US\$ 7 bilhões para a amortização da dívida externa, o que implicaria a tomada de recursos externos de US\$ 15 bilhões, dos quais somente US\$ 12 a 13 bilhões em moeda, conforme anunciou o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni. Os US\$ 3 bilhões restantes deverão ser obtidos com a entrada de investimentos diretos e financiamentos a importações.

Banco do Brasil

O novo incentivo à tomada de empréstimos externos liberará o Banco do Brasil da obrigatoriedade de cumprir o seu teto orçamentário, cujo saldo em 31 de dezembro deste ano seria de Cr\$ 190 bilhões. Até o final de setembro, as aplicações do Banco do Brasil com

recursos obtidos no exterior eram de Cr\$ 155 bilhões. Caso a captação do banco fosse superior ou equivalente a Cr\$ 190 bilhões, os recursos seriam repassados ao Banco Central.

Consta da pauta do CMN a proposta de isenção do imposto sobre operações financeiras (IOF) nas operações a serem realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com recursos do Fundo de Investimento Social (Finsocial). Existem 10 pedidos de autorização dos Estados e Municípios para contratação de empréstimos internos e lançamento de títulos, como forma de obtenção de recursos para cumprimento dos compromissos assumidos pelas administrações estaduais e municipais.

O Banco Central está solicitando o direito de subscrever 88 ações do Banco Mundial, que recentemente elevou seu capital. O Brasil, para manter o seu poder de voto, precisa desembolsar US\$ 10,6 milhões para a subscrição e deixar, assim, intacta sua posição dentro do banco.

Outro voto a ser submetido aos conselheiros é o que dispensa as instituições financeiras com um patrimônio líquido de até 10 mil Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (cerca de Cr\$ 24 milhões) de publicarem demonstrativos financeiros no Diário Oficial da União ou do Estado e nos jornais de grande circulação nacional.